

OS DEVERES



Universidade  
Federal de  
Uberlândia



*Reitor*  
Carlos Henrique de Carvalho

*Vice-reitora*  
Catarina Machado Azeredo



*Conselho Editorial*  
*Presidente*  
Sertório de Amorim e Silva Neto

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares  
Amon Santos Pinho  
Arlindo José de Souza Junior  
Carla Nunes Vieira Tavares  
Juliana Marzinek  
Raquel Discini de Campos

*Reitor*  
Paulo Cesar Montagner

*Coordenador Geral da Universidade*  
Fernando Antonio Santos Coelho



*Conselho Editorial*  
*Presidente*  
Edwiges Maria Morato

Carlos Raul Etulain  
Cicero Romão Resende de Araujo  
Dirce Djanira Pacheco e Zan  
Frederico Augusto Garcia Fernandes  
Iara Beleli  
Marco Aurélio Cremasco  
Pedro Cunha de Holanda  
Sávio Machado Cavalcante  
Verónica Andrea González-López

*Comissão organizadora da coleção do Estudo Acadêmico*  
Alexandre Guimarães Tadeu de Soares (UFU)  
Anselmo Tadeu Ferreira (UFU)  
Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC/SP)  
Fausto Castilho (Unicamp) (*In memoriam*)  
João Bortolanza (UFU)  
Marcio Chaves-Tannús (UFU)  
Marcos César Seneda (UFU)

#### *Equipe de realização*

Coordenação editorial: Eduardo Moraes Warpechowski  
Revisão de Língua Portuguesa: Lúcia Helena Coimbra do Amaral  
Revisão de normas técnicas: Bruna dos Santos Pinheiro  
Projeto gráfico e capa: Heber Silveira Coimbra  
Diagramação: Luciano de Jesus Franqueiro  
Revisão de provas: Cláudia de Fátima Costa

COLEÇÃO DO ESTUDO ACADÊMICO  
SÉRIE CICERONIANA

Marcos Túlio Cícero

# Os deveres

*Tradução, notas e prefácio*  
Bruno Fregni Bassetto

EDUFU

EDITORIA  
UNICAMP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C568d

Cícero, Marcos Túlio.

Os deveres / Marcos Túlio Cícero ; tradução e prefácio: Bruno Fregni Bassetto – Uberlândia : Edufu ; Campinas: Editora da Unicamp, 2025.

496 p. – (Série Ciceroniana).

ISBN: 978-65-989058-7-3 (Edufu)

ISBN: 978-85-268-1792-0 (Unicamp)

Edição bilíngue.

Textos em Latim e Português.

1. Filosofia antiga. 2. Moral. 3. Ética. I. Bassetto, Bruno Fregni. (trad. e pref.). II. Título. III. Série.

CDU: 1 (37/38)

---

Bruna dos Santos Pinheiro  
Bibliotecário-Documentalista – CRB-6/3805

Direitos reservados a

Edufu — Editora da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 — Bloco 1S  
Campus Santa Mônica  
Cep 38.400-902 — Uberlândia — MG — Brasil  
(34) 3239-4293  
[www.edufu.ufu.br](http://www.edufu.ufu.br)

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 — 3º andar  
Campus Unicamp  
Cep 13083-859 — Campinas — SP — Brasil  
(19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br)  
[vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

Editoras associadas à



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# Sumário

Prefácio

7

Livro I

17

Livro II

177

Livro III

273

As quatro virtudes ou fontes da honestidade

393

Índice onomástico e remissivo

437



# Prefácio

Obra filosófica dentre as mais comentadas de Cícero, *De Officiis*, uma espécie de sociologia universal e prática para uma convivência harmônica da humanidade, exerceu grande influência em todas as épocas, devido aos princípios naturais em que se baseia.

*De Officiis* foi escrito nos meses de outubro e novembro do ano 44 a.C., aos 62 anos de uma vida de intensa atividade na política, nos tribunais e nos campos da filosofia. Nessa altura, militava ainda na política, lutando com tudo a seu alcance pela manutenção do sistema republicano, contra a implantação do império. Não conseguiu seu intento, mesmo depois do assassinato de Júlio César (15/03/44), por ele considerado ditador e tirano (I, 112; II 23-28 e 83) e confiscador (I, 43; II, 84), entre outras qualificações antirrepublicanas. Ele próprio foi vítima dessa luta, ao ser decapitado e ter as duas mãos decepadas em 43 e tudo exibido no Fórum, por ordem de Marco Antônio; sabe-se o nome de seus executores: o centurião Herônio e o tribuno Popílio.

O *De Officiis* foi desenvolvido em três “livros”, que hoje diríamos “capítulos”, posto que o assunto é o mesmo, embora tratado sob pontos de vista diferentes. A introdução é uma dedicatória a seu filho e homônimo, Marcos Túlio Cícero, que na época estudava filosofia e retórica em Atenas com o filósofo Crátilo, da escola peripatética. Embora declare que (*nós*) *ambos queremos ser socráticos e platônicos* (I, 2), Cícero na verdade mergulhou nas correntes da Academia, com suas

sucessivas evoluções, na dos peripatéticos, dos estoicos, dos epicureus e de outras menores. Mostra que as conhece, critica e apresenta, com frequência, seu próprio ponto de vista, recolhendo o que cada uma tem de correto, tendo como fundamentos o respeito à natureza em geral e, em particular, à natureza humana, e à honestidade absolutamente indispensável, sem o que tudo é descartado *a priori*. Na ética, porém, apresenta sua preferência pelos ideais estoicos de Panécio, atitude eclética de quem busca a verdade onde quer que ela se encontre.

Assim se comprehende que no *De Officiis*, considerado por muitos como sua obra filosófica mais importante, tenha seguido Panécio, estoico, por concordar em quase todos os aspectos com sua filosofia moral e ética. E isso a começar com o título da obra, tradução para o latim do trabalho em grego de Panécio, Περὶ τοῦ καθήκοντος [‘Perí tu kathékontos’], citado 32 vezes nos três livros. Por outro lado, no Livro III, Cícero apresenta sua própria posição, sobretudo ao comentar exemplos históricos de honestidade e de amor à pátria, como o de Régulo, um grande herói da história romana. Por outro lado, o Cícero cita outro tratado sobre o assunto, *Sobre os Deveres* de Hecatão (III, 63; 87), outro discípulo de Panécio e também de Posidônio; trata-se, portanto, de um assunto de grande interesse na época.

No Livro I, Cícero expõe o conceito de honestidade, fundamento dos *deveres* (*officii*), que todo ente humano deve cumprir; esse conceito implica a inclusão de todas as virtudes. Numa visão ampla, versa sobre o relacionamento dos indivíduos de uns com os outros, com os familiares, os amigos, com a comunidade em que vive e, em particular, com o Estado, constituído por todos os cidadãos de todos os níveis sociais, inclusive os escravos (I, 41). Insiste na imprescindibilidade da honestidade em todo e qualquer relacionamento humano, para que a sociedade humana alcance uma vida

tranquila, em que cada um cumpre seus *deveres*, aos quais correspondem os respectivos *direitos*. Exemplifica com casos históricos, romanos e gregos, de erros, desvios e acertos nessa perspectiva de uma ética, cujo fundamento, não se cansa de repetir, a própria natureza.

No Livro II, o tema destacado é a utilidade; o que útil, proveitoso e enriquecedor para um pode não ser para outros. Surge daí a questão, se algo desonesto pode ser tido como útil. Em II, 9, afirma o autor:

Nesta palavra, um difundido costume desviou seu significado do rumo certo e, aos poucos, levou-o à separação do honesto e do útil, de modo a fixar que o honesto é algo que não é útil, e útil o que não é honesto, disjunção pela qual maior infelicidade alguma pôde ser causada à vida dos homens.

Discute essa questão e a ilustra com exemplos práticos, quase sempre de conhecimento geral das pessoas cultas de seu tempo (Diógenes, Antípater, Caio Graco, Cipião Africano, por exemplo). Enumera as diversas atividades e virtudes, tais como a beneficência, a generosidade, a prodigalidade, a benignidade e seus vícios opostos, tais como a avareza e a fraude. Em resumo, aponta os métodos honestos, pelos quais um jovem bem formado pode obter o favor, a gratidão e a ajuda, caso venha a necessitar, de seus concidadãos, além de alcançar um patrimônio estável para sua família, núcleo básico do Estado e da sociedade humana.

O Livro III debate o problema da honestidade e do direito relacionado com a utilidade, o proveito e as vantagens. Responde à pergunta: Algo pode ser útil ou proveitoso, se não for ao mesmo honesto e justo? Implicitamente, Cícero estabelece uma espécie de escala de valores, em que o valor maior deve sempre ser levado em consideração e se sobreponha aos outros, sejam eles concernentes à família, aos amigos,

aos vizinhos, ao Estado ou às sociedades. A utilidade ou os benefícios auferidos em qualquer atividade só serão justos, se tiverem a característica da honestidade. Caso tenham qualquer traço de injustiça, são iníquos e, portanto, devem ser rejeitados. Os exemplos aduzidos ilustram bem seu pensamento; por fim, chega à conclusão, várias vezes repetida, de que *o que é bom certamente é também útil; em consequência, tudo quanto for honesto, é útil.* (III, 35) E também: *Tão grande é a força da honestidade, que obscurece qualquer tipo de utilidade.* (III, 47) E por fim, resumindo a insuperável oposição entre tirar vantagem de algo que, sem dúvida, é desonesto e por isso injusto: *Realmente é calamitoso o simples fato de considerares útil o que é desonesto.* (III, 49). Essa perspectiva seguramente correta, justa e natural se choca frontalmente com as posições de que “os fins justificam os meios” e de que “urge levar vantagem em tudo”.

Nesta obra, Cícero declara que seguiu o roteiro de Panécio, mostrando que não pretendia ser original, nem mesmo em seu título. Entretanto, discorda do modelo, critica suas posições, erros e omissões, além de romanizar o ponto de vista, as tradições e muitos exemplos. Não se torna um simples repetidor da filosofia grega, mas a assimila e lhe dá um caráter pessoal e romântico, levado por um justo e grande amor à pátria.

A linguagem de *Os deveres* é a conhecida do grande plasmador da língua literária latina, embora se encontram alguns senões sobretudo de concordância nominal e verbal, atribuíveis talvez à pressa com que Cicero escreveu essa última obra sua; são poucos os arcaísmos verbais e vocabulares, que não empanam a fluência e a compreensão do texto. Todavia, é lamentável a má condição dos manuscritos em geral; nota-se particularmente a dificuldade dos copistas nos tópicos mais difíceis e intricados, em que se acham as lacunas mais frequentes, várias com diversas interpretações dos filólogos;

as que o autor da edição crítica, adotada como base, incorporou ao texto foram mantidas na tradução e indicadas por colchetes [...], para manter a fidelidade ao texto, ainda que algumas poderiam ter sido deixadas de lado. Todavia, nos tópicos em que não se conseguiu chegar a nenhuma solução, as lacunas foram assinaladas com parênteses (...). Em alguns poucos casos, ficou mais complicada a compreensão do pensamento exposto devido às lacunas ou aos erros dos códices; de modo geral, porém, a obra é clara, inteligível e coerente.

Alguns vocábulos, considerados “coringas”, são polissêmicos e na tradução procurou-se usar termos mais transparentes em português; basta considerar o emprego de *res*, *rei*, comuníssimo no texto. Por outro lado, *res publica* se opõe, pelo menos inicialmente, a *res priva*, mas sem conotação política; aquela significando tudo quanto pertence a todos os membros da coletividade e essa, de modo geral, o que é propriedade dos indivíduos. Nesse contexto, Cícero fala das expropriações da *res priva* pelos dirigentes, critica os exageros e condena as injustiças cometidas nesses processos. Essa distinção permanece sob qualquer regime político, reino, império, democracia, república, parlamentarismo e outros. Deposto o último rei, Tarquínio Soberbo (534-510 a.C.), aos poucos o Estado de Roma foi sendo organizado sob o comando geral do senado, um cônsul (depois dois) eleito por apenas um ano e os demais cargos administrativos foram constituídos segundo as circunstâncias ou o povo exigiam. Formou-se assim uma hierarquia bem estruturada, a que se deu o nome de *Res Publica*, correspondente ao grego Πολιτεία, significando “cidadania”, “os direitos dos cidadãos”, e posteriormente, “Estado organizado”, como o descreveu Platão, embora não necessariamente “república” na acepção atual, que se opõe a “reino”, “império” e a “ditadura” e a outros regimes semelhantes, muitas vezes monocráticos. Em *De Officiis*, *res publica* várias vezes contém o significado de “coisa pública”,

no regime republicano e de “Estado”, sobretudo quando se refere à modificação ao passar para o novo regime de “império”, em que as decisões dependiam do imperador; a oposição à implantação de tal regime, sem dúvida monárquico, custou a vida de Cícero.

Ao longo dos séculos, esta obra ciceroniana sempre despertou grande interesse, a favor ou contra. Notável é que respeitáveis nomes da patrística, como Ambrósio (339-397 d.C.), autor da obra *De Officiis Ministrorum*, com clara influência de Cícero, Agostinho, Jerônimo, Tomás de Aquino entre outros declararam que essa obra de Cícero, em parte ao lado das de Sêneca, era bem conhecida por eles e perfeitamente aceitáveis pelos cristãos. A ampla divulgação do *De Officiis* pode ser comprovada pelo número de cópias manuscritas, portanto anteriores à invenção da imprensa: cerca de 700 manuscritos, encontrados em livrarias, bibliotecas e mosteiros espalhados pelo mundo. O fato é notável por se tratar de uma obra filosófica e não de um trabalho mais acessível, como a *Ars Minor* de Aelius Donatus (séc. IV d.C.) com seus 900 manuscritos conservados, por se ter tornado uma espécie de manual usado nas escolas durante toda a Idade Média; as gramáticas nas línguas românicas começaram a aparecer a partir dos sécs. XV e XVI.

Eminentes figuras da cultura ocidental teceram elogios ao *De Officiis*: Petrarca (1304-1374), o pai do humanismo renascentista, exalta seu conteúdo e sua linguagem; o humanista Erasmo (1469-1536) publicou uma edição própria do *De Officiis*; seu apreço por ela aparece em várias de suas obras. O humanista alemão, Philip Melanchton (1497-1560) ordenou o estudo dessa obra em escola luterana. No séc. XVII, houve um texto comum dessa obra ciceroniana nas escolas inglesas e nas universidades de Cambridge e Oxford. Voltaire, no século seguinte, avaliou que “*ninguém jamais escreveu algo semelhante com mais sabedoria*”. Foram também admiradores

de Cícero John Locke, David Hume, Montesquieu e outros iluministas. No Renascimento, as obras de Cícero exerceram uma importância capital, exaltado como modelo da língua literária e princípios filosóficos coerentes. Thomas Jefferson (1743-1826) cita Cícero como um dos que contribuíram para o estabelecimento do direito público, fonte de um rascunho da declaração americana de independência.

Com a invenção da imprensa por Gutenberg em 1448, o primeiro livro impresso foi a Bíblia Sagrada, o segundo foi a *Ars Minor* de Donato e o terceiro, o *De Officiis*, evidente sinal de sua importância filosófica e literária ainda naquele tempo, a qual se tornou mais forte nos séculos seguintes.

*Bruno Fregni Bassetto*

M. TVLLI CICERONIS



# DE OFFICIIS



MARCOS TÚLIO CÍCERO



# OS DEVERES



# LIBER PRIMVS

[1] Quamquam te, Marce fili, annum iam audientem Cratippum idque Athenis abundare oportet praeceptis institutisque philosophiae propter summam et doctoris auctoritatem et urbis, quorum alter te scientia augere potest, altera exemplis, tamen, ut ipse ad meam utilitatem semper cum Graecis Latina coniunxi neque id in philosophia solum, sed etiam in dicendi exercitatione feci, idem tibi censeo facendum, ut par sis in utriusque orationis facultate. Quam quidem ad rem nos, ut videmur, magnum attulimus adiumentum hominibus nostris, ut non modo Graecarum litterarum rudes, sed etiam docti aliquantum se arbitrentur adeptos et ad dicendum et ad iudicandum.

[2] Quam ob rem disces tu quidem a principe huius aetatis philosophorum et disces quam diu voles; tam diu autem velle debebis, quoad te quantum proficias non paenitebit. Sed tamen nostra legens non multum a Peripateticis dissidentia, quoniam utrique Socratici et Platonici volumus

# Livro I

1. I. Embora já estejas, Marcos, meu filho, há um ano como discípulo de Crátipo<sup>1</sup> e isso em Atenas, onde necessariamente superabundam as normas e os institutos de filosofia, tendo em vista a suprema autoridade tanto do mestre como da cidade, dos quais um pode aumentar teus conhecimentos e a outra, ilustrá-los com exemplos; entretanto, como eu mesmo sempre uni os assuntos latinos aos gregos, e isso eu fiz não só na filosofia, mas também nos exercícios de retórica, penso que deves fazer a mesma coisa, para que atinjas o mesmo nível no domínio de ambas as matérias. De fato, segundo nos parece, foi sob esse aspecto que trouxemos grande subsídio para nossos interessados, não apenas pouco conhecedores da literatura grega, como talvez um tanto instruídos, a fim de que se sintam em condições tanto de discursar como de julgar.

2. Tendo isso em mente, tu certamente aprenderás do principal filósofo desta época e aprenderás durante todo o tempo que quiseres; todavia, deverás querer por tanto tempo até que não venhas depois a te arrepender do quanto terias aproveitado. No entanto, mesmo lendo não muito nossos escritos sobre a dissidência dos peripatéticos, já que ambos queremos ser socráticos e platônicos, podes usar suas colo-

---

<sup>1</sup> *Crátipo* — natural de Mitilene, principal cidade da ilha de Lesbos. Célebre filósofo de seu tempo, foi o chefe dos peripatéticos. Grande amigo de Cícero, que lhe conseguiu de César o *ius civitatis*, o direito à cidadania romana. Revelou-se muito bom mestre de várias figuras romanas, entre os quais, inclusive, o filho do próprio Cícero, que o cita em várias obras.

esse, de rebus ipsis utere tuo iudicio — nihil enim impedio — orationem autem Latinam efficies profecto legendis nostris pleniores. Nec vero hoc arroganter dictum existimari velim. Nam philosophandi scientiam concedens multis, quod est oratoris proprium, apte, distincte, ornate dicere, quoniam in eo studio aetatem consumpsi, si id mihi assumo, videor id meo iure quodam modo vindicare.

[3] Quam ob rem magnopere te hortor, mi Cicero, ut non solum orationes meas, sed hos etiam de philosophia libros, qui iam illis fere se aequarunt, studiose legas, — vis enim maior in illis dicendi sed hoc quoque colendum est aequabile et temperatum orationis genus. Et id quidem nemini video Graecorum adhuc contigisse, ut idem utroque in genere elaboraret sequereturque et illud forense dicendi et hoc quietum disputandi genus, nisi forte Demetrius Phalereus in hoc numero haberi potest, disputator subtilis, orator parum vehemens, dulcis tamen, ut Theophrasti discipulum possis agnoscere. Nos autem quantum in utroque profecerimus, aliorum sit iudicium, utrumque certe secutus sumus.

cações conforme teu parecer — pois nada oponho a isso —, mas sem dúvida produzirás um discurso latino mais perfeito se acaso leres nossos autores. Realmente, não me agradaria que essa afirmação fosse considerada arrogante, pois concedo a muitos a ciência de filosofar; mas o que é próprio do orador, o expressar-se de modo adequado, claro e artístico, posto que gastei meus anos nessa atividade, mesmo se eu atribua isso a mim, se me afigura reivindicar, de algum modo, um direito meu.

3. Em vista disso, com insistência exorto a ti, meu Cícero, que leias com atenção não só meus discursos, mas também estes meus livros sobre filosofia, que já quase se equiparam aos daqueles, pois a força de expressão neles é maior, embora também esse gênero de discurso deva ser cultivado de modo igual e com muita aplicação.

E, na verdade, não percebo se alguém dos gregos até agora tenha alcançado esse nível, assim que trabalhassem e perseguissem da mesma forma os dois gêneros, tanto aquele gênero forense de discursar como o tranquilo de discutir, a não ser que Demétrio Falereu<sup>2</sup> talvez possa ser incluído nesse número: debatedor sutil, orador pouco impetuoso, mas agradável, a ponto de poderes reconhecê-lo como discípulo de Teofrasto.<sup>3</sup> O quanto, porém, nós tivermos avançado nos dois gêneros, que seja julgado por outros, como também se os tivermos seguido corretamente.

---

<sup>2</sup> *Demétrio Falereu* — filho de Fanostrato, o cognome lhe adveio de sua cidade natal, Farela, povoado e porto na Ática. Filósofo peripatético e homem público, governou Atenas por uma década e aperfeiçoou sua legislação. Escreveu tratados sobre moral, contos populares, declamações, história, crítica literária, retórica, fábulas e provérbios, unindo filosofia e retórica. Foi também livreiro em Alexandria em 297 a.C.

<sup>3</sup> *Teofrasto* (370-288/5 a.C.) — nascido em Éresos, na ilha de Lesbos, foi aluno, colaborador e sucessor de Aristóteles, a quem acompanhou na viagem à Macedônia e a Atenas em 335 a.C. Dele herdou o interesse pela botânica (*Περὶ φυτῶν ἱστορίας*, “*Pesquisas sobre as plantas*”), pela política, pela ética, pela filosofia (*Φυσικῶν δόξαι*, “*Sentenças dos filósofos naturais*” e *Νόμοι*, “*Leis*”). Apesar de suas obras terem sido conservadas, embora tenha sido mestre de dois mil discípulos, sendo Falereu o mais conhecido.

[4] Evidem et Platonem existimo si genus forense dicendi tractare voluisset, gravissime et copiosissime potuisse dicere et Demosthenem si illa, quae a Platone didicerat, tenuisset et pronuntiare voluisset, ornate splendideque facere potuisse; eodemque modo de Aristotele et Isocrate iudico, quorum uterque suo studio delectatus contempsit alterum. Sed cum statuisse scribere ad te aliquid hoc tempore, multa posthac, ab eo ordiri maxime volui, quod et aetati tuae esset aptissimum et auctoritati meae. Nam cum multa sint in philosophia et gravia et utilia accurate copioseque a philosophis disputata, latissime patere videntur ea quae de officiis tradita ab illis et praecepta sunt. Nulla enim vitae pars neque publicis neque privatis neque forensibus neque domesticis in rebus, neque si tecum agas quid, neque si cum altero contrahas, vacare officio potest in eoque et colendo sita vitae est honestas omnis et neglegendo turpitudo.

[5] Atque haec quidem quaestio communis est omnium philosophorum. Quis est enim, qui nullis officiis praeceptis tradendis philosophum se audeat dicere? Sed sunt non nullae disciplinae, quae propositis bonorum et malorum finibus officium omne pervertant. Nam qui summum bonum sic instituit, ut nihil habeat cum virtute coniunctum, idque suis commodis, non honestate metitur, hic, si sibi ipse con-